

1 **Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional –**
2 **CONSEAN/SE do ano de 2026.**

3
4 No vigésimo sétimo dia do mês de março de 2026, às nove horas e trinta minutos, na sede do
5 Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (CONSEAN/SE), localizado na
6 Travessa Baltazar Gois, número 86, Edifício Estado de Sergipe, 3º andar, Centro, Aracaju, Sergipe, foi
7 realizada a 2ª Reunião Extraordinária do ano de 2026. A reunião foi presidida pela Presidente do
8 CONSEAN/SE Carivalda Ribeiro Sousa e contou com a participação presencial dos seguintes membros:
9 Ana Ires Lima dos Santos-MNU; Ana Lúcia Santos Nascimento Calazans- Instituto Ecovida. Carivalda
10 Ribeiro Souza-ICB; Edjane Lima Santana Aragão- SEDURBI; Egídio dos Santos Neto- CDJBC; Estelita
11 Santos da Conceição- Associação Nova Esperança; Eliene da Silva Santos-CONSEAN; Iara Lúcia da Silva
12 Menezes- Centro Santo Antônio Ogum Raio de Sol; Kathleen F. Hagenbeck– CONSEAN; Lucas
13 Travassos Deda SEAGRI; Raquel Moraes Machado- SECC; Ronaldo Cruz Silva-SES; Tânia Maria de Lima-
14 Associação Católica Bom Pastor. E como convidadas: Jenhnyfe Acioli Santos Silva- SEASIC e Ingrid
15 Emanuelle Oliveira Alves- SEASIC. E teve como a pauta: 1- Encontro 6ª Conferência Nacional de
16 Segurança Alimentar e Nutricional+ 2 . Carivalda iniciou a reunião desejando bom dia a todos e
17 perguntou se havia quórum. A Secretaria Executiva realizou a leitura do Artigo 12, §1º, que
18 estabelece que as reuniões plenárias serão públicas e instaladas, em primeira convocação, com a
19 presença da maioria simples de seus membros, e, em segunda convocação, após 15 minutos, com a
20 presença de qualquer número de conselheiros.” Também foi lido o Artigo 21, “que dispõe que as
21 deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos, salvo nos casos de alteração do
22 Regimento Interno e decisão quanto a programas e projetos governamentais de orçamento, quando
23 o quórum mínimo será de dois terços de seus membros.” Em seguida, Carivalda deu continuidade e
24 informou que, em reunião anterior, havia sido definido que o Encontro ocorreria no dia 23 de abril.
25 No entanto, na articulação nacional havia sido acordado que os palestrantes seriam representantes
26 da CPCE. Informou ainda que foi solicitado que, por exemplo, ela participasse de um encontro no
27 Amazonas, enquanto Gilmar viria para Sergipe, caracterizando uma troca de experiências, na qual
28 cada presidente daria sua contribuição. Entretanto, Gilmar informou que o evento de Pernambuco
29 ocorrerá nos dias 23 e 24, o que impossibilitaria sua participação. Diante disso, Carivalda ressaltou
30 que, caso o pleno assim definisse, poderia ser mantida a data e escolhido um palestrante entre os
31 próprios conselheiros. A Secretaria Executiva explicou que a data limite para entrega da
32 documentação à instância nacional é 20 de maio, sendo necessário que a atividade seja realizada
33 antes desse prazo. Carivalda reforçou que se trata de um encontro e mencionou que Kathleen havia
34 sugerido a realização de uma reunião. Kathleen esclareceu que não se tratava de uma sugestão
35 pessoal, mas do que está previsto no caderno de orientações. Carivalda afirmou que considera difícil
36 realizar uma reunião ampliada, pois muitas pessoas ainda não compreendem bem a proposta.
37 Segundo ela, quando se fala em fórum, as entidades costumam participar, mas em uma reunião
38 ampliada a participação pode ser menor. Nesse momento, a Secretaria Executiva realizou a leitura
39 do trecho da recomendação que orienta que o encontro estadual seja realizado no âmbito de uma
40 reunião ordinária ou extraordinária do Conselho Estadual, com a presença de representantes da
41 sociedade civil e do governo. Carivalda afirmou concordar que seja mantido o formato de encontro,
42 embora tenha manifestado dúvida sobre o motivo de a instância nacional ter feito essa

43 recomendação. Ingrid, que estava presente como convidada, perguntou qual seria a diferença entre
44 as modalidades. Carivalda explicou que, quando se trata de fórum, as entidades compreendem que
45 haverá participação mais ampla, com possibilidade de inscrição para delegados e debate sobre a
46 política pública. Já em uma reunião ampliada, segundo ela, as pessoas sabem que participarão apenas
47 de um espaço de debate, o que pode reduzir o interesse de participação. Lucas sugeriu que poderia
48 ser realizado um fórum estadual, com uma programação dividida em dois momentos: pela manhã,
49 uma parte voltada à questão eleitoral, apresentação das ações do CONSEAN e orientações sobre o
50 cadastramento das entidades; e, à tarde, uma palestra magna sobre a conferência, seguida da divisão
51 em grupos de trabalho e dos encaminhamentos. Segundo Lucas, a etapa do encontro poderia estar
52 contemplada dentro do próprio fórum. Carivalda afirmou que o encontro também poderia ocorrer
53 nesse formato, mas reiterou que não seria adequado realizar apenas uma reunião. Na sequência, Ana
54 Lúcia destacou que acompanha, no âmbito do Conselho, o esforço que Carivalda vem realizando,
55 classificando o trabalho como muito importante. Manifestou a percepção de que algumas situações
56 estariam causando incômodo e ressaltou que, caso alguém tenha posição contrária, que se
57 manifeste, uma vez que o Conselho é um espaço legítimo para fala, debate e deliberação. Disse ainda
58 não considerar justo o que vem acontecendo, pois observa que as pessoas se reúnem, conversam e
59 trocam ideias, mas que não deveria haver divisão entre os membros. Por fim, declarou ser favorável
60 à realização de um esforço interno para a elaboração do Regimento Interno. Carivalda afirmou
61 compreender a colocação apresentada, porém destacou que, para que haja continuidade, seria
62 necessário previamente realizar a modificação da lei, bem como discutir a questão de sua
63 permanência na presidência. Ressaltou que não concorda com qualquer forma de monopólio e que
64 continuará participando do Conselho, porém não permanecerá na presidência, pois entende que não
65 é a única pessoa capaz de ocupar essa função. Comentou que, caso algo lhe aconteça, outra pessoa
66 precisará assumir, reforçando a importância da alternância. Informou que tem buscado manter a
67 representação de sua instituição no Conselho, embora reconheça que isso pode ser difícil.
68 Acrescentou que espera que a próxima pessoa a assumir a presidência seja uma mulher, pois,
69 segundo ela, as mulheres possuem maior sensibilidade para lidar com determinadas questões,
70 ressaltando que ajudará no que for possível, esclarecendo dúvidas e contribuindo com a gestão. Disse
71 ainda que, futuramente, poderá voltar a assumir outras responsabilidades. Manifestou também que
72 gostaria de permanecer colaborando com quem estiver à frente da presidência e afirmou que pensou
73 em pedir renúncia naquele momento para não continuar participando. Na sequência, Tânia se
74 apresentou, informando que chegou recentemente ao Conselho e está substituindo Rosivânia.
75 Relatou que realizou uma leitura mais atenta do caderno de orientações e sugeriu que fosse feita a
76 leitura coletiva do documento, de modo que cada participante pudesse destacar eventuais dúvidas
77 para serem discutidas ao final. Ressaltou que, se o grupo interrompesse constantemente para discutir
78 cada ponto, talvez não conseguissem concluir o documento. Disse que, assim como Lucas, também
79 possui diversas dúvidas e propôs que a leitura fosse realizada primeiro, seguida do debate. Solicitou
80 ainda que a Secretaria Executiva apresentasse um levantamento sobre o tempo de participação de
81 cada conselheiro no Conselho. A Secretaria Executiva informou que os mandatos que se encerram
82 são os do INIS e do ICB, além de uma cadeira que se encontra vacante. Informou também sobre a
83 vaga do CDJBC, que na reunião anterior renunciou à recondução, e sobre a FETASE, que até o
84 momento não se manifestou quanto à permanência no Conselho. Destacou ainda que, conforme
85 previsto no Regimento Interno, não é a entidade que perde a vaga por ausência, mas sim seus

86 representantes, ressaltando que, no caso mencionado, não houve retorno aos e-mails e mensagens
87 enviados. Em seguida, Tânia iniciou a leitura do documento, seguida por Yara, Edjan, Ana Ires e
88 Ronaldo. Logo após, foram lidos os anúncios referentes à III Conferência Nacional de Segurança
89 Alimentar e Nutricional +2 (III PNSAN). Carivalda destacou que Ronaldo tem participado de diversas
90 conferências e solicitou que ele tentasse contribuir para o entendimento do processo. Explicou que,
91 no âmbito nacional, por meio da CPCE, foi sugerido que a realização da Conferência 6ª +2 ocorresse
92 de forma diferente do modelo anteriormente utilizado, no qual eram realizadas etapas municipais,
93 territoriais e, posteriormente, a etapa estadual. Informou que, neste momento, não há tempo hábil
94 para seguir esse formato e que a proposta atual busca trabalhar a partir dos planos municipais,
95 estaduais e nacional de segurança alimentar e nutricional. Relatou que a proposta consiste na
96 realização de um encontro com pessoas que foram delegadas na conferência anterior, juntamente
97 com presidentes de conselhos municipais, com o objetivo de avaliar o que foi desenvolvido, o que
98 avançou e quais desafios permanecem em cada município. Segundo ela, a intenção é compreender
99 as fragilidades e os avanços na política de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como analisar de
100 que forma o Estado de Sergipe tem avançado nessa área por meio de programas e ações
101 desenvolvidos. Carivalda ressaltou que Sergipe é considerado referência em algumas iniciativas na
102 área de segurança alimentar, e que será importante apresentar essas experiências, discutir sua
103 continuidade e avaliar se podem servir de referência para outros estados. Informou também que
104 cada estado levará uma representação composta pela presidência do conselho, três conselheiros e
105 dois representantes do governo. Cada um terá a oportunidade de relatar o que foi desenvolvido
106 durante o período do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Destacou que é importante que as
107 pessoas indicadas para participar tenham conhecimento sobre a política de Segurança Alimentar e
108 Nutricional e sobre as ações desenvolvidas no período de vigência do plano, pois poderão ser
109 questionadas sobre a execução do plano, sua relação com as demandas da sociedade e os resultados
110 alcançados. Informou ainda que atuará como mediadora em algumas salas durante o evento e que,
111 ao final, haverá um momento em que todos os participantes se reunirão para apresentar as
112 experiências de seus estados. Nesse momento, será discutido, por exemplo, se o Plano de Segurança
113 Alimentar de Sergipe foi elaborado de acordo com as necessidades da realidade local ou se
114 contemplou propostas mais amplas de políticas públicas. Outro ponto destacado por Carivalda
115 refere-se à apresentação de experiências concretas relacionadas à política de Segurança Alimentar e
116 Nutricional. Mencionou, como exemplo, o trabalho das cozinhas solidárias desenvolvidas pela
117 sociedade civil, com apoio dos governos federal, estadual e municipal. Explicou que, caso essa
118 iniciativa seja destacada como experiência relevante, representantes das cozinhas solidárias poderão
119 ser convidados a apresentar suas experiências, explicar sua importância e discutir a necessidade de
120 ampliação e fortalecimento dessas ações. Ressaltou que Sergipe possui experiências com cozinhas
121 solidárias que têm contribuído significativamente para o enfrentamento da fome, sendo
122 consideradas uma importante iniciativa da sociedade civil e um modelo que pode inspirar outras
123 políticas públicas. Por fim, destacou que é importante deixar claro para todos os participantes do
124 encontro que não haverá eleição de delegados, uma vez que a escolha dos representantes será
125 realizada pela mesa do Conselho. Informou que eventuais dúvidas poderão ser apresentadas ao longo
126 do processo e que, caso se recorde de outras informações relevantes, fará os esclarecimentos
127 necessários. Carivalda informou que a escolha dos representantes seria realizada na própria reunião,
128 uma vez que o encontro trataria de todos os aspectos relacionados à conferência, incluindo a

129 definição das representações. Em seguida, Ana Ires desejou bom dia a todos e explicou o significado
130 da PNSAN, destacando que se trata do principal instrumento de planejamento do Governo Brasileiro
131 para o enfrentamento da fome, da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional. Informou que
132 o plano atualmente orienta estados e municípios na garantia do direito humano à Segurança
133 Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente para a população em situação de vulnerabilidade.
134 Acrescentou que o Governo Federal, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem interesse
135 em que estados e municípios estejam alinhados com esse plano, ressaltando a importância de sua
136 leitura e compreensão. Ana Ires explicou ainda que o plano é composto pela atuação de diversos
137 ministérios que trabalham no combate à fome, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário
138 (MDA), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), entre outros. Destacou também
139 que o movimento negro participa de diversas conferências e que, nesses espaços, é discutido que a
140 fome e o racismo possuem recortes sociais e territoriais bem definidos. Ressaltou que essa não é uma
141 colocação pessoal, mas uma realidade observada no Brasil, na qual muitas populações tradicionais e
142 comunidades negras são diretamente afetadas pela insegurança alimentar. Relatou que, muitas
143 vezes, há resistência quando essas questões são levantadas, como se não fossem temas relevantes,
144 mas enfatizou que tais discussões fazem parte do conteúdo debatido em reuniões e conferências.
145 Acrescentou que sua participação na sexta conferência ocorreu junto com Jean Pierre, da CPCE, em
146 um grupo de trabalho voltado às comunidades tradicionais e quilombolas, diretamente relacionadas
147 à população negra. Destacou que a pauta racial não está sendo levantada apenas por ela, mas
148 também pelo próprio Governo Federal, que reconhece que grande parte das populações em situação
149 de fome pertence a comunidades tradicionais, sendo esse um dos focos das políticas públicas
150 voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar. Carivalda solicitou que os conselheiros
151 observassem o tempo de fala, destacando que as colocações feitas eram pertinentes. Dirigindo-se a
152 Ronaldo, mencionou que ele participou, junto com representantes da sociedade civil, da criação do
153 Conselho na época da gestão de Ana Lúcia. Ressaltou que o Governo Federal vem incentivando que
154 os conselhos de segurança alimentar garantam a representatividade de diferentes povos e
155 comunidades tradicionais, respeitando suas ancestralidades. Nesse contexto, afirmou que tem
156 defendido a manutenção da cadeira destinada ao povo cigano no Conselho, ressaltando que não se
157 trata de uma representação individual, mas de um espaço destinado a esse povo. Informou ainda que
158 Jean Pierre solicitou que essa questão seja considerada tanto no Regimento Interno quanto na
159 legislação e, se possível, também no fórum quando este for estruturado, garantindo que seja uma
160 cadeira cativa destinada a esse segmento. Na sequência, Tânia citou o Regimento Interno, lembrando
161 que o tempo de fala previsto para cada conselheiro é de dois minutos, obedecida a ordem de
162 inscrição. Destacou que a explicação apresentada por Ana Ires sobre a PNSAN foi importante para
163 compreender a motivação do encontro. Ressaltou que o documento orientador aponta que o
164 principal desafio comum é o combate à fome e à miséria. Em relação ao encontro, afirmou que, após
165 a leitura coletiva, ficou mais claro para ela que não se trata exatamente de um fórum ou de uma
166 conferência, mas de um espaço em que serão discutidos e deliberados aspectos importantes,
167 inclusive um diagnóstico sobre a situação da Segurança Alimentar em Sergipe e possíveis
168 proposições. Tânia reforçou a proposta apresentada por Lucas de realizar um encontro em um espaço
169 adequado, mencionando como exemplo a possibilidade de utilização do espaço do Bom Pastor, que,
170 segundo ela, possui boa estrutura. Ressaltou que seria necessário verificar essa possibilidade com
171 Ceíça. Reiterou que o formato mais adequado seria o de encontro e sugeriu que, nesse momento,

172 também poderiam ser realizadas algumas deliberações, como a definição dos anúncios estratégicos
173 que seriam apresentados. A Secretaria Executiva reforçou a necessidade de deliberar sobre a
174 manutenção da data definida na reunião anterior, bem como sobre a quantidade de participantes do
175 evento. Tânia mencionou ainda que o documento apresenta oito tópicos possíveis de discussão e
176 sugeriu que fossem selecionados apenas dois, considerando que abordar todos poderia tornar o
177 encontro muito extenso. Acrescentou que algumas deliberações poderiam ser feitas naquele
178 momento, incluindo a definição dos temas prioritários. Destacou também que, na avaliação dela,
179 ninguém melhor que Carivalda para apresentar e contextualizar a política de Segurança Alimentar
180 em Sergipe, além da necessidade de definir as pessoas que representarão o estado. Em seguida,
181 Ingrid questionou sobre a data do evento. A Secretaria Executiva informou que, conforme registrado
182 em ata anterior, a data definida foi 23 de abril. Ingrid sugeriu que, considerando que o prazo final
183 para realização da atividade é até 15 de maio, poderia ser avaliada uma nova data no início de maio.
184 Segundo ela, isso permitiria mais tempo para estruturar adequadamente o evento, organizar o
185 espaço, verificar a possibilidade de oferta de coffee break ou almoço e realizar a divulgação
186 necessária. Explicou que o Governo do Estado possui contratos que permitem esse tipo de estrutura,
187 mas que para o dia 23 o prazo seria muito curto para organização. Ressaltou ainda que seria
188 importante encaminhar o projeto completo do evento até a primeira semana de abril, garantindo
189 tempo hábil para todos os procedimentos administrativos. Carivalda explicou que a data de 23 de
190 abril havia sido escolhida porque, inicialmente, durante articulações com a CPCE, havia sido definido
191 que Gilmar viria ao estado, assim como Pai Renato, do Amazonas, sendo que um atuaria como
192 mediador e o outro como palestrante. Como havia a possibilidade de realização nos dias 21 ou 23,
193 optou-se pelo dia 23. No entanto, informou que a situação mudou, pois o caderno de orientações
194 divulgado posteriormente apresentou diretrizes diferentes daquelas discutidas anteriormente.
195 Diante disso, afirmou que não vê problema em modificar a data, uma vez que não será mais
195 necessária a participação desses mediadores e palestrantes externos, e que as atividades poderão
197 ser conduzidas por pessoas do próprio estado. Acrescentou que considera positivo que os próprios
198 representantes locais apresentem as experiências e discussões sobre a realidade de Sergipe. Ronaldo
199 informou que será necessário definir quais anúncios serão trabalhados no encontro e destacou
200 o **Anúncio 7**, afirmando que se trata de um tema recorrente nas discussões da Segurança Alimentar
201 e Nutricional (SAN) e que faz jus à luta histórica dessa política. Segundo ele, o anúncio aborda
202 o Direito Humano à Alimentação Adequada, garantindo atenção à população negra, quilombolas,
203 indígenas e povos e comunidades tradicionais, com enfrentamento ao racismo, promoção da
204 equidade de gênero e valorização de seus modos de vida, territórios e culturas alimentares. Destacou
205 ainda que o anúncio também contempla estratégias relacionadas ao combate à fome com recorte de
206 raça e gênero, ponto que dialoga com a fala anteriormente apresentada por Ana Ires. Na avaliação
207 dele, esse anúncio deve ser um dos temas escolhidos para o encontro, considerando a realidade do
208 território e a presença significativa de comunidades tradicionais no estado. Carivalda acrescentou
209 que, ao tratar da política de Segurança Alimentar e Nutricional, também é possível abordar questões
210 relacionadas à violência contra a mulher, tema que tem sido amplamente discutido na sociedade e
211 que possui relação com as condições sociais e econômicas vivenciadas por muitas mulheres. A
212 Secretaria Executiva informou que, juntamente com o caderno de orientações, foi encaminhado aos
213 conselheiros o documento do III PNSAN, no qual constam os desafios e as iniciativas relacionadas a
214 cada anúncio. Ronaldo destacou ainda que, conforme consta no documento, o conselho pode

215 convidar pessoas que apresentem um balanço geral dos dados relacionados aos anúncios aprovados
216 na sexta conferência. Ressaltou que a questão da violência contra a mulher tem chamado a atenção
217 da sociedade em todo o país e que esse tema está relacionado a fatores econômicos e sociais.
218 Segundo ele, muitas das mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade são mulheres negras,
219 mães solo e com condições de vida precárias, muitas vezes dependentes de programas e políticas
220 públicas. Destacou também que existem diversos estudos que apontam essa situação de
221 vulnerabilidade, mencionando ainda a preocupação com o acesso de crianças a conteúdos na
222 internet. Ana Ires manifestou apoio à escolha do anúncio por considerá-lo abrangente. Recordou que,
223 no início de diversas políticas públicas, inclusive na distribuição de cestas básicas, já se observava a
224 necessidade de considerar essas realidades. Mencionou também o PAS Nordeste, que traz
225 orientações semelhantes, e destacou a importância de analisar se o plano atual de fato está
226 atendendo às demandas indicadas no anúncio. Informou ainda que, quando o plano foi aprovado, a
227 reunião ocorreu de forma on-line e que ela apresentou algumas contribuições relacionadas à questão
228 racial, encaminhando sugestões de alterações. Em seguida, Egídio, que informou ser da comunidade
229 indígena Xocó, mas estar representando o CDJBC no conselho, afirmou concordar com a escolha do
230 Anúncio 7 e sugeriu também a inclusão de mais dois anúncios. Destacou que, atualmente, o tema das
231 mudanças climáticas tem ganhado grande evidência e sugeriu a inclusão do **Anúncio 4**, que trata da
232 segurança alimentar relacionada às mudanças climáticas. Propôs ainda o **Anúncio 3**, que aborda o
233 acesso à terra e à água, ressaltando que se trata de um tema extremamente relevante. Caso fosse
234 possível trabalhar três anúncios, considerou que esses três estariam bastante alinhados. Carivalda
235 destacou que os temas devem ser trabalhados considerando a realidade do território e do estado.
236 Segundo ela, os anúncios apresentados contemplam diferentes contextos e realidades do país, sendo
237 natural que alguns façam mais sentido para determinados estados do que para outros. Ressaltou que
238 é importante analisar quais temas dialogam mais diretamente com a realidade de Sergipe. Sobre a
239 questão do acesso à terra e à água, reconheceu que se trata de um tema que faz parte da realidade
240 local. Em relação às mudanças climáticas, ponderou que é necessário avaliar de que forma essa
241 questão impacta diretamente o estado, observando que alguns contextos, como o ocorrido
242 recentemente no Rio Grande do Sul, possuem características diferentes, embora o tema não esteja
243 fora do contexto geral. Tânia afirmou concordar que Carivalda possui grande conhecimento sobre a
244 realidade da Segurança Alimentar no estado e, portanto, tem condições de indicar quais anúncios
245 são mais significativos. Reiterou a concordância com a escolha do **Anúncio 7** e destacou que,
246 considerando a realidade do Nordeste e especialmente das regiões do sertão, o **Anúncio 3**, que trata
247 do acesso à terra e à água, também é bastante relevante. Dessa forma, manifestou apoio à escolha
248 desses dois anúncios. Tânia ressaltou ainda que o semestre apresenta diversas demandas e que
249 haverá uma sobrecarga de trabalho no período. Lembrou que existem duas comissões atuando no
250 Conselho, a Comissão Eleitoral e a Comissão do Regimento, além das atividades relacionadas à
251 organização do encontro. Informou que havia conversado com Carivalda sobre quem daria início à
252 condução dos trabalhos, destacando que ainda não havia sido definida uma responsabilidade direta
253 para encaminhar essas atividades. Sugeriu que Carivalda convoque as comissões para iniciar os
254 trabalhos, podendo inclusive organizar reuniões remotas para facilitar a participação. Ressaltou a
255 importância de que os conselheiros estudem os anúncios selecionados e analisem documentos e
256 dados relacionados à realidade do estado. Destacou que, no encontro nacional, será necessário
257 apresentar informações concretas sobre Sergipe, como dados relacionados à população em situação

258 de rua e outros indicadores sociais. Nesse sentido, informou que se coloca à disposição para
259 contribuir com essas informações, lembrando que Vânia participou da elaboração do censo da
260 população em situação de rua e que ela própria tem atuado nessa área, reforçou a necessidade de
261 organizar as reuniões das comissões e estruturar o trabalho de preparação para o encontro, de forma
262 que seja possível levar a Brasília um retrato fiel da realidade da Segurança Alimentar e Nutricional no
263 estado de Sergipe. Carivalda informou que, durante o encontro nacional, também será discutido o
264 que cada estado já realizou, o que está sendo desenvolvido atualmente e quais ações estão previstas
265 para o futuro no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional. Tânia relatou que tem refletido sobre
266 quais seriam as experiências bem-sucedidas do estado, consideradas como boas práticas. Segundo
267 ela, é importante identificar quais iniciativas em Sergipe podem ser reconhecidas dessa forma.
268 Destacou que, pelo que compreendeu do documento orientador, essas práticas podem estar
269 relacionadas às experiências desenvolvidas por entidades ou iniciativas locais. Ressaltou que, nas
270 poucas visitas das quais participou, observou experiências muito interessantes e que seria importante
271 registrar informações que permitam compreender suas finalidades, funcionamento, resultados e
272 potencial de replicação em outras iniciativas. Assim, sugeriu que o Conselho observe atentamente a
273 realidade do estado de Sergipe para identificar aquilo que tem se destacado de forma positiva e que
274 pode ser apresentado como referência. Carivalda explicou então a dinâmica que vem ocorrendo nas
275 discussões em nível nacional. Informou que, inicialmente, havia um entendimento entre os
276 participantes de que determinados debates permaneceriam restritos àquele espaço, porém relatou
277 que, nas reuniões com os presidentes dos conselhos estaduais, tem sido perguntado quais
278 experiências cada estado considera como boas práticas na área de Segurança Alimentar e Nutricional.
279 Nesse sentido, relatou que indicou como exemplos as cozinhas solidárias, representando iniciativas
280 da sociedade civil, e o programa Prato do Povo, representando ações do governo. Destacou que essa
281 foi a avaliação apresentada por ela naquele momento, mas que os demais conselheiros podem ter
282 opiniões diferentes e sugerir outras iniciativas. Acrescentou que o Governo Federal tem ressaltado o
283 incentivo às boas práticas, especialmente no apoio às iniciativas da sociedade civil, como as cozinhas
284 solidárias. A Secretaria Executiva informou, em seguida, que será necessário deliberar sobre a
285 definição de uma nova data para o encontro, bem como sobre o quantitativo de participantes.
286 Carivalda sugeriu que seja escolhida uma nova data, mantendo-se, inicialmente, o quantitativo de
287 100 participantes. Ronaldo sugeriu que o Conselho avance na definição dos anúncios que serão
288 trabalhados no encontro e chamou atenção para o **Anúncio 4**, mencionado anteriormente por Egídio.
289 Destacou que esse anúncio dialoga não apenas com a questão das mudanças climáticas, mas também
290 com as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, especialmente no âmbito do Plano
291 Safra da Agricultura Familiar, que tem sido ampliado. Ressaltou ainda o trabalho realizado no estado
292 de Sergipe, especialmente por meio da EMDAGRO, no fortalecimento da agroecologia e da produção
293 orgânica. Segundo ele, trata-se de um tema que historicamente vem sendo trabalhado no estado e
294 que precisa ser valorizado e fortalecido. Acrescentou que esse processo tem enfrentado desafios,
295 mas que Sergipe possui um histórico importante nessa área. Ronaldo destacou ainda que, nas últimas
296 reuniões da CAISAN, esse tema também tem sido abordado e que a secretária Érica demonstrou
297 interesse em retomar e fortalecer essas ações, acreditando no potencial da agroecologia para
298 garantir à população o acesso a alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos. Sugeriu que Lucas
299 poderia contribuir com informações mais detalhadas sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas
300 no estado nesse campo. Carivalda afirmou que, quando mencionou a importância de trabalhar de

301 acordo com a realidade do estado, referia-se justamente a esse tipo de exemplo. Destacou que
302 iniciativas desenvolvidas por instituições como a EMDAGRO e por secretarias estaduais precisam ser
303 consideradas nas discussões, pois refletem diretamente a realidade local. Ressaltou que, ao
304 apresentar essas experiências em espaços nacionais, é importante que os representantes estejam
305 bem-informados e preparados, pois existem muitos dados e informações disponíveis sobre as ações
306 desenvolvidas nos estados. Em seguida, Egídio destacou que, ao mencionar o tema do acesso à água,
307 considerou que essa é uma realidade especialmente presente no sertão. Lembrou que o Governo
308 Federal possui o Programa Cisternas, executado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), e que
309 atualmente também conta com execução por parte do estado. Segundo ele, o acesso à água é uma
310 das questões centrais da realidade do semiárido, e diversas organizações da sociedade civil, incluindo
311 o CDJBC, atuam há anos na implementação de cisternas e outras tecnologias sociais voltadas para o
312 acesso à água. Destacou que o enfoque a ser levado para o encontro deve reforçar a importância da
313 continuidade dessas políticas públicas, garantindo que as famílias tenham acesso à água de
314 qualidade. Mencionou ainda que outro ponto relevante a ser discutido é o funcionamento dos carros-
315 pipa, que representam uma política emergencial, enquanto as cisternas são consideradas uma
316 política estruturante. Ressaltou que, em muitos casos, a gestão dos carros-pipa é realizada pelos
317 municípios e que, por vezes, essa gestão ocorre de forma inadequada, inclusive com utilização
318 política, especialmente em períodos eleitorais. Segundo ele, essa situação não deveria ocorrer dessa
319 forma, uma vez que os carros-pipa deveriam atuar para abastecer as cisternas em períodos de
320 estiagem. Egídio acrescentou ainda que, ao tratar da questão das mudanças climáticas, também é
321 importante considerar experiências exitosas relacionadas aos sistemas alimentares sustentáveis.
322 Destacou que a EMDAGRO desenvolve diversas ações em nível estadual e que o CDJBC possui
323 experiências relevantes, citando como exemplo um trabalho realizado em Canindé de São Francisco,
324 voltado para a recuperação de áreas degradadas. Segundo ele, trata-se de uma unidade de referência
325 onde foram implementadas tecnologias sociais voltadas para conservação do solo, controle da erosão
326 e recuperação de nascentes. Ressaltou que o Conselho possui legitimidade para tratar dessas
327 questões, uma vez que conta com representantes de instituições diretamente envolvidas nessas
328 experiências. Destacou ainda que o sertão atualmente é um grande produtor de milho transgênico e
329 que, ao analisar as mudanças climáticas, é necessário considerar também os impactos desse modelo
330 produtivo, que pode gerar diversos efeitos ambientais e sociais, afirmou que essas questões podem
331 contribuir para enriquecer o debate e fortalecer as propostas a serem apresentadas. Carivalda
332 afirmou que Egídio pode contribuir na mediação dessa temática, auxiliando no processo ou
333 colaborando com os responsáveis pela condução desse eixo, de modo a garantir que as discussões
334 ocorram de forma consistente. Destacou que, ao abordar um tema específico, é necessário explicar
335 os motivos da escolha, bem como apresentar os avanços já alcançados, o que está sendo realizado
336 atualmente e quais melhorias ainda podem ser implementadas. Egídio informou que pode apresentar
337 experiências desenvolvidas pelo CDJBC que já estão consolidadas e que demonstraram bons
338 resultados, colocando-se à disposição para contribuir com essas informações. Carivalda acrescentou
339 que, na visão dela, Egídio já faz parte desse processo de apresentação das experiências. A Secretaria
340 Executiva questionou se, nesse caso, Egídio seria o mediador do Anúncio 3. Carivalda esclareceu que
341 não necessariamente, explicando que ele poderá apresentar as experiências e contribuir com
342 informações para que a pessoa responsável pela mediação compreenda melhor o que está sendo
343 desenvolvido em Sergipe dentro desse contexto. Egídio acrescentou que, durante as discussões,

344 poderão ser apresentados comentários e experiências exitosas, destacando que, nesse cenário,
345 instituições como a EMDAGRO também podem contribuir apresentando suas experiências. Carivalda
346 afirmou que era exatamente esse o ponto que pretendia explicar. Após as discussões, os conselheiros
347 chegaram a um acordo quanto à escolha dos **Anúncios 3, 4 e 7** como temas a serem trabalhados no
348 encontro. Ronaldo ressaltou que, a partir desses anúncios, deverão ser apresentadas também as boas
349 práticas relacionadas às iniciativas desenvolvidas no estado. Ana Ires destacou que as decisões
350 tomadas na reunião serão encaminhadas posteriormente à Secretaria responsável, incluindo as
351 definições sobre data, local e demais aspectos organizacionais do evento. Reforçou que a proposta
352 de alteração da data é importante, pois, na reunião anterior, havia sido discutido quem poderia
353 contribuir com determinadas atividades. Segundo ela, a definição antecipada da data é fundamental
354 para que a Secretaria tenha tempo hábil para providenciar a estrutura necessária. Ana Ires ressaltou
355 ainda a importância da participação de Egídio nas discussões, mencionando que anteriormente o
356 representante Alex frequentemente estava em viagens e não participava das reuniões com
357 regularidade, o que dificultava a apresentação da realidade do CDJBC no Conselho. Destacou que, ao
358 apresentar a realidade do estado no contexto do Anúncio 4, Egídio trouxe informações relevantes,
359 especialmente considerando que Carivalda havia ressaltado a importância de trabalhar os temas de
360 acordo com a realidade local. Ana Ires informou que também havia anotado o **Anúncio 5**, que trata
361 da ampliação do consumo de alimentos saudáveis, agroecológicos e produzidos pela agricultura
362 familiar. Destacou que, tanto no Brasil quanto em Sergipe, observa-se o fortalecimento das feiras
263 livres, que atualmente desempenham um papel importante no abastecimento alimentar da
364 população de baixa renda e das comunidades periféricas. Segundo ela, grande parte dos alimentos
365 vendidos a preços acessíveis nesses espaços é proveniente da agricultura familiar, incluindo
366 produções de quintais e pequenas hortas. Nesse sentido, afirmou que a agricultura familiar é uma
367 experiência significativa no estado e que também dialoga com a realidade das comunidades
368 tradicionais e quilombolas. Diante disso, sugeriu que fosse considerada a possibilidade de inclusão
369 do Anúncio 5. Ronaldo ponderou que o documento apresenta oito anúncios e que, quanto maior o
370 número de temas escolhidos, maior também será a responsabilidade de aprofundar as discussões.
371 Ressaltou a importância de que as escolhas sejam feitas com cautela, para evitar dificuldades na
372 execução das atividades posteriormente. Destacou que o Anúncio 3 já aborda temas amplos e
373 sensíveis, como o acesso à terra e à água, enquanto o Anúncio 4 contempla questões relacionadas às
374 mudanças climáticas, adaptação, ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, ao Plano
375 Safra da Agricultura Familiar e às estratégias de redução do desperdício de alimentos. Já o Anúncio
376 7 aborda diretamente as questões relacionadas às comunidades tradicionais. Diante disso,
377 considerou que os três anúncios escolhidos já abrangem um conjunto significativo de temas. Ronaldo
378 questionou novamente sobre a possibilidade de decisões naquele momento. Carivalda destacou que,
379 se o Conselho aguardasse sempre a presença de todos os conselheiros para avançar nas discussões,
380 muitas atividades não seriam realizadas. Relatou que, inclusive no dia anterior, Kathleen, que a
381 acompanha nos eventos, registrando fotografias, realizando anotações e elaborando relatórios,
382 deixou de acompanhá-la para que mais conselheiros participassem e dois cancelaram participação
383 em cima da hora. Acrescentou que, caso Ana Ires não tivesse participado, ela teria comparecido
384 sozinha ao compromisso, reforçando que, se dependesse da presença de todos os conselheiros,
385 muitos trabalhos não avançariam. Tânia observou que a temática da agricultura familiar já está
386 contemplada dentro do **Anúncio 4** e questionou Ingrid sobre qual seria o prazo limite para

387 encaminhamento das informações necessárias para organização do encontro. Ingrid informou que,
388 em condições normais, o prazo para organização de eventos desse porte costuma variar entre três e
389 seis meses, considerando a possibilidade de necessidade de licitação e os trâmites administrativos,
390 que são burocráticos. No entanto, destacou que compreende que a demanda surgiu a partir de uma
391 deliberação nacional e que também foi encaminhada com prazo reduzido. Ressaltou que a secretária
392 Érica tem demonstrado interesse em apoiar a realização do encontro e que a Secretaria buscará
393 viabilizar as condições necessárias. Informou ainda que, caso seja necessário, poderá ser utilizado o
394 auditório da SEASIC, que possui capacidade para aproximadamente 100 a 120 pessoas. Acrescentou
395 que, se houver necessidade de estrutura para alimentação, poderá ser avaliada a utilização de outro
396 espaço, como o da SergipeTec, onde recentemente ocorreu um evento da área da assistência social
397 e que também possui boa estrutura para receber o público. Destacou que é possível organizar o
398 evento utilizando espaços disponíveis do próprio Estado e verificar a possibilidade de utilização de
399 contratos existentes para a parte de alimentação. Ingrid ressaltou que seria importante encaminhar
400 as informações até o início do mês, para que haja pelo menos um mês de antecedência para
401 organização. Explicou que, possivelmente, não haverá tempo hábil para a produção de materiais
402 gráficos mais elaborados, como blocos ou pastas, mas que a estrutura necessária para realização do
403 evento poderá ser providenciada. Tânia sugeriu então que o encontro fosse previsto para a primeira
404 semana de maio. A Secretaria Executiva informou que poderia ser na semana do dia 4 ou na semana
405 do dia 11 de maio. Ingrid ponderou que datas muito próximas poderiam dificultar o preenchimento
406 do formulário que deverá ser encaminhado até o dia 20 de maio. Após discussão, Tânia propôs a
407 realização do encontro no dia **7 de maio**, uma quinta-feira. A proposta foi colocada para apreciação
408 e todos os presentes concordaram com a data. Na mesma ocasião, foi confirmada a escolha
409 dos **Anúncios 3, 4 e 7** como temas a serem trabalhados no encontro. A Secretaria Executiva solicitou
410 a colaboração de alguns conselheiros para auxiliar na elaboração do pedido formal a ser
411 encaminhado à Secretaria, contendo as informações necessárias para organização do evento.
412 Ronaldo destacou que, a título de informação, considera essencial a parceria com a Secretaria para
413 viabilizar a realização do encontro. A Secretaria Executiva explicou que, justamente por esse motivo,
414 solicitava o apoio de conselheiros para contribuir na construção das informações que deverão constar
415 no documento, de forma a detalhar as necessidades do evento. Carivalda questionou Ingrid se já
416 havia algum local em mente para realização do encontro. Ingrid respondeu que possui algumas
417 opções, mas que precisaria verificar a disponibilidade para a data definida. Carivalda sugeriu como
418 possíveis locais o Auditório Epiphany Dórea, o auditório do Colégio Atheneu, que segundo Lucileide
419 estaria disponível, além do Museu da Gente Sergipana. Ingrid concordou com a sugestão apresentada
420 por Carivalda de que o evento fosse realizado até por volta das 13h, podendo ser finalizado com um
421 almoço, considerando que alguns conselheiros vêm do interior do estado. Carivalda sugeriu que,
422 nesse caso, o encerramento poderia ocorrer às 14h. A Secretaria Executiva questionou se seria
423 necessário elaborar um projeto completo ou se um briefing seria suficiente para encaminhamento
424 inicial. Ingrid confirmou que, inicialmente, o briefing é suficiente e que, caso seja necessário
425 acrescentar mais informações posteriormente, poderá solicitar complementações. Em seguida,
426 Carivalda iniciou a discussão sobre a escolha dos nomes que representarão o Conselho no encontro.
427 Informou que os representantes do segmento governamental serão definidos pelo próprio governo.
428 No entanto, destacou que Ronaldo tem contribuído significativamente nas discussões e em outras
429 conferências, e que gostaria muito que ele participasse, embora reconheça que, por ser

430 representante do governo, a indicação deverá seguir os critérios do segmento governamental.
431 Ressaltou ainda que as pessoas escolhidas deverão estar preparadas para realizar exposições durante
432 o encontro. Foi questionado por alguns presentes se a escolha dos representantes deveria ocorrer
433 naquele momento da reunião. A advogada da SEASIC esclareceu que as definições relacionadas à
434 realização do evento, como as deliberações, a escolha da data e a seleção dos representantes para a
435 etapa nacional, são pontos essenciais para a organização do encontro, constavam na pauta
436 previamente divulgada e eram de conhecimento dos conselheiros. Ana Ires complementou
437 afirmando que todos tiveram ciência da pauta da reunião e que aqueles que não compareceram não
438 manifestaram interesse em participar das discussões e decisões sobre o evento. Diante das
439 discussões, ficaram definidos os seguintes encaminhamentos: 1-O encontro será realizado no dia **07**
440 **de maio**, com previsão de participação de **100 pessoas**. 2-Foram escolhidos os seguintes anúncios
441 para discussão no evento: **Anúncio 3:** Acesso à terra, posse segura e acesso regular à água em
442 qualidade adequada e quantidade suficiente, garantidos no campo e na cidade; **Anúncio 4:** Sistemas
443 alimentares ampliam sua resiliência e reduzem a vulnerabilidade aos impactos das mudanças
444 climáticas, garantindo alimentos saudáveis para toda a população;e **Anúncio 7:** Direito Humano à
445 Alimentação Adequada, garantindo à população negra, quilombola, indígena e aos povos e
446 comunidades tradicionais, com enfrentamento ao racismo, promoção da equidade de gênero,
447 respeito e valorização de seus modos de vida, territórios e culturas alimentares. Para representar
448 a **sociedade civil do estado de Sergipe**, foram definidos pela plenária os seguintes nomes: **Ana Ires,**
449 **Tânia e Egídio** e como suplentes, foram indicadas: **Estelita e Ana Lúcia**. Nada mais a declarar a
450 presidente deu como encerrada a reunião, e eu, Kathleen Faro, Secretária Executiva do CONSEAN/SE,
451 lavrarei a presente ata, a qual após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos senhores
452 conselheiros

453
454 Ana Ires Lima dos Santos – MNU _____
455 Ana Lúcia Santos Nascimento Calazans- Instituto Ecovida _____
456 Carivalda Ribeiro Souza-ICB _____
457 Edjane Lima Santana Aragão- SEDURBI _____
458 Egídio dos Santos Neto- CDJBC _____
459 Dianna Batista dos Santos- ASPDR _____
460 Edjunio Vieira Silva- IDPESE _____
461 Estelita Santos da Conceição- Associação Nova Esperança _____
462 Eliene da Silva Santos- CONSEAN _____
463 Iara Lúcia da Silva Menezes- Centro Santo Antônio Ogum Raio de Sol;
464 _____
465
466 Kathleen F. Hagenbeck – CONSEAN _____
467
468
469
470
471
472 Lucas Travassos Deda-SEAGRI _____

473	Raquel Moraes Machado- SECC _____
474	Ronaldo Cruz Silva-SES _____
475	
476	Tânia Maria de Lima- Associação Católica Bom Pastor _____
477	Jenhnyfe Acioli Santos Silva- SEASIC (convidada)
478	
479	Ingrid Emanueelle Oliveira Alves- SEASIC (convidada)